

LEGISLAÇÃO

11. De acordo com a Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer um dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer a determinados princípios. Assinale a alternativa que **NÃO** é um princípio expresso na Constituição Federal:

- a) Legalidade
 - b) Capacidade
 - c) Eficiência
 - d) Publicidade
 - e) Moralidade
-

12. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
 - b) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
 - c) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
 - d) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - e) Não é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
-

13. Sobre Educação, a Constituição Federal afirma que o ensino será ministrado com base em determinados princípios. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre esses princípios:

- a) Condições diferenciadas para o acesso à escola.
 - b) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
 - c) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
 - d) Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.
 - e) Garantia de padrão de qualidade.
-

14. Sobre a Lei nº 8.666/93 atualizada, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Compra é definida como toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou de forma parcelada.
 - b) Obra é definida como toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
 - c) As compras, sempre que possível, deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.
 - d) A Lei 8.666/93 se aplica a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações apenas do Governo Federal.
 - e) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
-

15. A modalidade de licitação chamada _____ ocorre entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

A alternativa que preenche corretamente a frase acima é:

- a) Leilão
 - b) Concurso
 - c) Venda
 - d) Tomada de preços
 - e) Empréstimo
-

16. De acordo com o artigo 51 da Lei 8.112 atualizada, que caracteriza as indenizações ao servidor, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Diárias.
 - b) Ajuda de custo.
 - c) Adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.
 - d) Transporte.
 - e) Auxílio-moradia.
-

17. Com relação à gratificação natalina, está correto afirmar, de acordo com Regime Jurídico Único (Lei 8.112 atualizada), que:

- a) Juntamente com a remuneração de junho será paga, como adiantamento da gratificação natalina, metade da remuneração ou provento recebido no mês.
 - b) O servidor estável não faz jus ao recebimento desta gratificação.
 - c) O servidor exonerado não perceberá sua gratificação natalina.
 - d) A gratificação natalina será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.
 - e) A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.
-

18. A Lei 8.112 atualizada prevê, com relação às férias do servidor:

- a) É facultado ao servidor converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que o requeira com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência.
 - b) Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 6 (seis) meses de exercício.
 - c) As férias não poderão ser parceladas.
 - d) O servidor fará jus a quarenta e cinco dias de férias ininterruptos.
 - e) É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
-

19. De acordo com a Lei 9.784 atualizada, assinale a alternativa **INCORRETA** com relação aos Direitos dos Administrados:

- a) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- b) Ter o ponto liberado para acompanhar a tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado.
- c) Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.

d) Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

e) Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

20. Assinale a alternativa correta com relação às licenças a que o servidor tem direito:

a) por motivo de doença em pessoa da família, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, para o serviço militar, para atividade política, para capacitação, prêmio e para tratar de interesses particulares.

b) por motivo de doença em pessoa da família, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, para o serviço militar, para atividade política, para capacitação, prêmio, para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista.

c) por motivo de doença em pessoa da família, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, para o serviço militar, para atividade política, para capacitação, para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista.

d) por motivo de doença em pessoa da família, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, para o serviço militar, para atividade política e para capacitação.

e) por motivo de doença em pessoa da família, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, para o serviço militar, para atividade política, para capacitação e para desempenho de mandato classista.